

Ethan Kleinberg: Teoria da História como Fantologia*

Ethan Kleinberg: Theory of History as Hauntology

André da Silva Ramos*

andramos7@gmail.com

Doutorando

Universidade Federal de Ouro Preto

Rua do Seminário, s/n - Centro

35420-000 - Mariana - Minas Gerais

Brasil

Palavras-chave

Teoria da História; História da Historiografia; Fantologia.

Keywords

Theory of History; History of Historiography; Hauntology.

193

Recebido em: 12/9/2017

Aprovado em: 19/12/2017

* Traduzido por André da Silva Ramos e André Luan Nunes Macedo.

** Gostaria de agradecer ao Programa Fulbright e à CAPES por terem financiado minha estada na Stanford University como estudante pesquisador visitante, durante o ano acadêmico de 2015-2016. Em Stanford, fui orientado pelo professor Hans Ulrich Gumbrecht, quem me motivou a ficar o mês de junho de 2016 na Wesleyan University para trabalhar com o professor Ethan Kleinberg. Gostaria de agradecer o professor Gumbrecht por sua orientação cuidadosa e por sua generosidade. A supervisão do professor Gumbrecht foi fundamental durante todo meu estágio de pesquisa na Stanford University. Também gostaria de estender a minha gratidão ao professor Ethan Kleinberg; para além da entrevista, encontramos-nos várias vezes para discutir a minha pesquisa de doutorado. Da mesma forma, gostaria de agradecer a meus colegas de doutorado, André Luan Nunes Macedo e Liliana Mendoza Ortiz, do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade da Universidade Federal de Ouro Preto (NEHM/UFOP), que viabilizaram a tradução para português e espanhol desta entrevista, e a Júlia de Melo Arantes, por ter-me ajudado no processo de revisão. Além disso, as perguntas que fiz para o professor Kleinberg estão ligadas aos debates em pauta no NEHM/UFOP na última década. Logo, gostaria de estender minha gratidão a todos os professores e estudantes de graduação e pós-graduação que fazem parte desse ambiente intelectual motivador, especialmente a meu orientador, o professor Valdeci Lopes de Araujo, e ao professor Marcelo de Mello Rangel.

Ethan Kleinberg é Professor de História e Letras na Wesleyan University. É diretor do Centro de Humanidades e editor executivo da revista *History and Theory*. Seu primeiro livro, *Generation Existential: Heidegger's Philosophy in France, 1927-1961*, publicado pela Cornell University Press, recebeu o prêmio Morris D. Forkosch em 2006 como melhor livro de História Intelectual pelo *Journal of the History of Ideas*. Recentemente, o Professor Kleinberg editou, em parceria com Ranjan Ghosh, o volume *Presence: Philosophy, History and Cultural Theory for the 21st Century*, publicado também pela Cornell University Press. Seu livro *Haunting History: For a Deconstructive Approach to the Past* foi lançado na Meridian Series da Stanford University em agosto de 2017. Ele também está concluindo o livro *The Myth of Emmanuel Levinas*, centrado nas Leituras Talmúdicadas que o filósofo franco-judeu apresentou em Paris entre 1960 e 1990. Tive a oportunidade de iniciar a entrevista com o Professor Kleinberg em junho de 2016, quando fui pesquisador visitante no Centro de Humanidades da Wesleyan University. Também aproveitei a realização do 2º Congresso da Rede Internacional de Teoria da História (2º INTH), ocorrido no Brasil, na cidade de Ouro Preto, entre os dias 23 e 26 de agosto de 2016, para expandir a entrevista e filmar uma versão reduzida.¹

1. André da Silva Ramos: Professor Kleinberg, fale, por favor, sobre como seu interesse pelo campo da Teoria da História surgiu e impactou sua carreira.

194 **Ethan Kleinberg:** Quando iniciei meus estudos na Universidade de Berkeley como estudante de graduação, meu foco era em filosofia. Acreditava que me formaria em filosofia. No entanto, quanto mais profundamente adentrava nas questões filosóficas, mais percebia que meu verdadeiro interesse era na relação entre o pensamento intelectual e o contexto histórico. Isso me levou a escrever meu trabalho de conclusão de curso com Martin Jay, com ênfase interdisciplinar em humanidades. Após completar a graduação, sabia que iria para um programa de pós-graduação. Novamente, encarei a decisão quanto a qual área de conhecimento iria escolher. Dado o meu interesse em história devido aos filósofos que mais me chamaram a atenção (Heidegger, Benjamin, Foucault, Derrida e Kristeva), todos da tradição continental, que é menos ensinada nos departamentos de filosofia nos Estados Unidos, decidi seguir os estudos em história intelectual na pós-graduação. Entrei no programa de doutorado da UCLA e foi lá que desenvolvi meu interesse e paixão pela teoria da história. Mais precisamente, estava sendo preparado para me tornar um historiador intelectual europeu com ênfase na filosofia continental, mas isso foi logo após a famosa conferência sobre o Holocausto na UCLA, que me levou a conhecer *Probing the*

¹ Na ocasião do 2º Congresso da Rede Internacional de Teoria da História (2º INTH), que ocorreu no Brasil, em Ouro Preto, entre os dias 23 e 26 de agosto de 2016, tivemos a oportunidade de gravar uma versão curta da entrevista. Foi um prazer fazer parte do comitê organizador da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), coordenado pelos professores Marcelo Abreu, André de Lemos Freixo, Valdeci Lopes de Araujo, Helena Mollo, Marcelo de Mello Rangel, Julio Bentivoglio e Pedro Caldas, responsável por receber o 2º INTH na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Gostaria de agradecer à Coordenadora da TV UFOP, Fernanda Luiza Teixeira Lima, e a sua equipe, por viabilizarem a gravação. Segue o link: <https://www.youtube.com/watch?v=PH9q_bJboHs>.

Limits of Representation, obra editada por Saul Friedländer. Eu fazia parte do grupo que estava interessado tanto na forma e na teoria da história quanto na busca de estudos de caso históricos; encontrávamos-nos na biblioteca para discutir a última edição da *History and Theory*. Trabalhei próximo de professores como Robert Wohl, Saul Friedländer, Perter Lowenberg e David Myers, mas também assisti a aulas no Departamento de Literatura Comparada. Fui também beneficiado com a presença de Carlo Ginzburg, Perry Anderson, Eugen Weber e, posteriormente, Lynn Hunt. Meu interesse no trabalho de Heidegger me levou a Samuel Weber, que lecionava no Departamento de Literatura Comparada, e a Jacques Derrida, professor naquele momento na University of California (UCLA), Irvine. Também me encontrei com Dominick LaCapra e Michael Roth, que não estavam na UCLA, mas que foram muito generosos com seu tempo e auxílio. Portanto, andei sobre uma espécie de corda bamba entre a história intelectual e a teoria da história, lendo figuras tais como Hegel, Benjamin, Rosenzweig, Heidegger e Kojève, autores modelares para a teoria da história e atores na história intelectual. Poderia dizer que os cursos que tive com Sam Weber e Jacques Derrida me ajudaram enormemente a pensar sobre a teoria da história sob um prisma diferente e a usar ferramentas diferentes. Atualmente, recomendo que todos os estudantes cursando pós-graduação transitem também fora da área de conhecimento que escolheram, para saírem do campo e entenderem múltiplas lógicas de conhecimento acadêmico e entendimento.

2. A.S.R.: *O senhor poderia falar um pouco a respeito do seu primeiro livro sobre a recepção de Heidegger na França?*

195

E.K.: *Generation Existential: The Reception of Heidegger's Philosophy in France, 1927-61*, foi resultado de minha tese. Quando comecei o projeto, estava interessado nas reações à filosofia de Heidegger na Alemanha antes e após a II Guerra Mundial. No entanto, conforme minha pesquisa avançava, percebi que havia uma questão histórica em jogo no que diz respeito à recepção e disseminação do trabalho de Heidegger na França. Especificamente, o que me interessou foram as formas em que a filosofia de Heidegger foi apropriada predominantemente por pensadores de esquerda, apesar da tão conhecida filiação de Heidegger ao nacional-socialismo. Argumentei que o processo de recepção na França fora governado por uma dupla lógica de *heimisch* e *unheimlich* que fazia a filosofia heideggeriana ser apropriada de formas que a tornavam familiar, "de casa", na França, mas mantendo também um núcleo de não familiaridade que a fazia permanecer, de alguma maneira e permanentemente, estrangeira. Usando o modelo de três diferentes "leituras" da filosofia de Heidegger, fui capaz de me afastar da questão de esses pensadores franceses tomarem a filosofia de Heidegger como "certa" ou "errada" (uma estratégia argumentativa que caracteriza os interesses sucessivos sobre Heidegger na França) e, ao invés disso, focar nas formas em que as ideias transitam pelo tempo, linguagem e espaço. Essas três leituras são a interpretação existencialista dos anos 1930 e de início dos anos 1940, fortemente influenciadas pela leitura heideggeriana

de Kojève sobre Hegel e consolidada pela ontologia fenomenológica de Sartre; uma ênfase no pós-guerra em Heidegger, girando em torno de Jean Beaufret, quem argumenta contrariamente à leitura existencialista francesa a fim de colocar a ênfase na preocupação de Heidegger com a história da metafísica e o esquecimento do Ser; e, finalmente, a crítica do pensamento de Heidegger por Blanchot e Levinas à luz da Shoá e a cumplicidade de Heidegger com o regime nazista. Por fim, e conforme notou Dominick LaCapra, o objetivo maior era argumentar que as diferentes leituras e respostas para a filosofia de Heidegger sempre foram reações amplas, mais ou menos complexas e codificadas, a questões sociais, políticas e éticas.

3. A.S.R.: *Poderia falar um pouco sobre sua relação pessoal e profissional com a revista History and Theory?*

E.K.: Como mencionei anteriormente, *History and Theory* foi muito importante durante meus estudos de pós-graduação e foi, em certa medida, o centro intelectual do meu trabalho. Passei horas lendo a revista e argumentando com meus colegas e professores sobre as questões mais importantes ou os debates da atualidade. Portanto, é realmente um sonho realizado ser agora o editor executivo. Quando concorri à posição na Wesleyan University, foi com a esperança de que poderia eventualmente fazer parte do comitê editorial e, para minha sorte, fui autorizado a fazer parte em 2003. Desde então, fui ativo na revista e, assim como na pós-graduação, é o centro da minha vida intelectual. Além disso, desenvolvi ótimas relações com os outros editores: Gary Shaw, Vijay Pinch, Laura Stark, Matthew Specter, como também com os membros do nosso conselho editorial. Também devo frisar que Brian Fay, Phil Pomper e Dick Vann foram figuras que me influenciaram enormemente, especialmente Brian, que era e ainda é um maravilhoso mentor e amigo. Seria negligente se não mencionasse nossa editora executiva, Julia Perkins – que realmente faz com que a revista funcione. Acho que a *History and Theory* é tanto meu lar intelectual como também uma família para mim.

4. A.S.R.: *Quais são os principais desafios da History and Theory atualmente?*

E.K.: A *History and Theory* tem uma série de desafios a enfrentar atualmente. Acredito que o primeiro tenha a ver com a posição precária da filosofia da história na disciplina filosofia. Frank Ankersmit escreveu sobre isso; parece ser o caso de cada vez menos e menos filósofos estarem sendo preparados para trabalhar nesse campo. Poderia dizer que precisamos pensar de modo diferente sobre o que se entende por filosofia da história e, talvez, olhar para filósofos que vêm se ocupando de questões sobre a temporalidade ou de campos tais como a ética da virtude. Ainda assim, precisamos encontrar maneiras de direcionar filósofos rumo a um interesse permanente em teoria e no passado. Um desafio separado, porém importante, tem a ver com a expansão do campo da teoria da história para além do cânone ocidental. Nos últimos cinco anos, trabalhamos

duro para nos conectarmos com acadêmicos advindos da China, da Índia e da América do Sul com o objetivo de prosseguirmos com diálogos mais amplos e globais sobre história e teoria. No entanto, também percebemos que o desejo de encorajar uma conversa mais global, mesmo sendo louvável, também é repleto de dificuldades. Como Vijay Pinch e eu argumentamos, “o Ocidente” é um significativo geocultural dificultoso e escorregadio; mais ainda o de “não Ocidente”. Que outro motivo poderia ter a compulsão em colocá-los entre aspas assustadoras? Onde é o fim do Ocidente? Especialmente quando uma porção substancial da revista é global e supostamente “não Ocidental”. Os leitores habitam culturas intelectuais que emergiram, historicamente, como resultado de um diálogo intelectual e de troca política com o Ocidente – mesmo que esses diálogos e trocas possam ter sido desiguais. Mesmo os bolsões de cultura intelectual que resistiram resolutamente ao Ocidente acabam sendo moldados por ele em virtude de sua resistência.

5. A.S.R.: Como sabemos, o trabalho de Hayden White é mundialmente famoso devido à sua capacidade de demonstrar a performance dos tropos da ficção nos textos historiográficos. No seu trabalho, percebo uma mudança, já que o senhor se utiliza de textos ficcionais para elaborar experiências históricas latentes. Poderia descrever como os historiadores² podem utilizar textos literários como uma maneira de desafiar o cânone dos estudos historiográficos, realizando movimentos diferentes daqueles feitos por Hayden White? Em resumo, como podemos pensar novas relações entre história, filosofia e literatura para nos abirmos para novas compreensões e experiências do tempo histórico?

197

E.K.: O trabalho de Hayden White é muito importante para se pensar as formas em que a história, especialmente as narrativas históricas, funcionam como literatura. Penso que é um erro inferir que, para White, isso significa que o texto histórico é pura fantasia. Trata-se, em vez disso, de entender como o texto histórico é uma forma particular de literatura ou, talvez, um gênero literário próprio. Como você pôde notar, meu interesse tem como partida, ou talvez se baseie até agora, em White, como também me interessa pelo que a literatura e, especificamente, a ficção literária pode falar sobre o passado e as formas como o pensamos. Em suma, as formas em que o passado assombra a história. Para a maioria dos historiadores, a ficção literária é usada apenas como evidência de algo ou para algo. Não é importante por si mesma, mas como evidência da maneira como alguém pode argumentar sobre como o trabalho de Erich Maria Remarque na França ou de Ernst Jünger na Alemanha pode nos informar a respeito do clima intelectual ou cultural no entreguerras francês ou alemão. Da mesma maneira como as peças de Shakespeare podem falar sobre os papéis de gênero na Inglaterra elisabetana ou Machado pode nos informar sobre o período oitocentista no Brasil. Esse é, obviamente, mais um argumento utilitarista

² Nota dos tradutores: Apesar de adotarmos na tradução o gênero masculino, tendo em vista a harmonização estilística, gostaríamos de salientar que tanto o entrevistador quanto o entrevistado compreendem a abertura das práticas historiográficas para todos os gêneros.

sobre o valor da literatura e da ficção literária. Entretanto, poderia dizer que a ascensão do novo historicismo indica que essa valoração se estende para além da guilda dos historiadores, assim como para o domínio dos acadêmicos literários. Em minha opinião, a questão que mais causa incômodo no historiador moderno é a possibilidade de uma inversão na qual os assuntos da ficção, o imaginário ou o não real tenham prioridade acima das questões do fato, do “como realmente aconteceu”, a garantia de que entendemos e compreendemos o estranho artefato que é o passado. Se a história toma a si mesma como uma “ciência”, certamente não pode ser mais semelhante à literatura do que à neurociência! Nesse sentido, muitos historiadores encontraram valor nos trabalhos de literatura como questões que dizem respeito ao fato e à evidência a serviço da demonstração.

No entanto, queria me aproximar da questão a partir do outro lado e sugerir que a literatura e a ficção literária podem servir para desafiar esse argumento utilitarista perturbando nossas suposições subjacentes sobre o que é “real”, sobre fatos e ficções, e nossas próprias suposições materialistas e utilitárias. Quando uso trabalhos de literatura como instrumento para a crítica engajada com a história, sou frequentemente interpelado sobre porque me utilizo de trabalhos de ficção literária para assumir minhas posições, em vez de usar trabalhos históricos. A resposta é dupla. Um aspecto diz respeito à flexibilização da obsessão do historiador com a fantasia de uma história científica e a relação sobre-enfatizada na evidência empírica. Com a ficção literária, as apostas de evidência são baixas... não interessa se é “verdadeiro ou falso” ou se os eventos aconteceram. Desse modo, o historiador está disposto a engajar-se em um argumento sobre a natureza fantasmagórica do passado demonstrada por meio da obra de um autor como Charles Dickens de uma maneira bem diferente do que se tentasse usar uma história sobre fantasmas, por exemplo, podendo ficar atrelado à questão “dos fantasmas existirem ou não”, em vez de pensar no que o fantasma pode nos dizer sobre nossa relação com o passado. No entanto, essa redução da aposta, essa “pouca importância”, acaba por importar muito na medida em que a literatura pode ser mobilizada para criticar e questionar nossas suposições históricas sobre o *status* privilegiado dos “fatos”.

Isso quer dizer que a ficção literária não deve ser “útil” a partir desse senso utilitário nem deve coincidir sobre o que entendemos ser o “real”. A literatura ativa uma ambiguidade perpétua que é também o local do significado, pois resiste a quaisquer tipos de visão totalizante. Portanto, para a questão da ficção, a literatura incomoda a tranquilidade que advém da suposição de que o que sabemos a respeito dos fatos é uma entidade completamente estável. Esse é um pensamento assustador para historiadores que temem que tal movimento conduza a um fantasmagórico balé da moral e do relativismo empírico. No entanto, trata-se de ir além de simplesmente inverter a hierarquia, privilegiando a ficção em detrimento do fato. Ao invés disso, estou interessado nas formas em que a literatura nos compele a engajar-nos com o papel que a imaginação joga ao criar coordenadas pelas quais propomos a história como significado. Desse modo, a utilidade da literatura é sua resistência obstinada à lógica da utilidade. O que

mais importa é que tampouco interessa em nenhum dos sentidos argumentados por filósofos morais, neurocientistas ou historiadores literários. Pelo contrário, o que interessa não são os resultados relativos à evidenciação factual, mas as questões aparentemente intermináveis, engendradas pelo ficcional.

No entanto, isso me leva ao segundo aspecto da minha resposta. Enquanto Hayden White olhava para a forma da literatura para iluminar sua relação com as narrativas históricas, eu uso a literatura ficcional como um espaço privilegiado que expõe a forma em que o passado assombra a história. O passado, por definição, já passou e, portanto, não tem propriedades ontológicas. Ou pode-se dizer que tem uma ontologia latente que é ativada quando fazemos história. Mas essa ativação do passado é sempre parcial, deixando seus resquícios escondidos ou dormentes. É um passado ausente, mas que nos assombra e pode retornar de maneiras que perturbam nossas narrativas históricas convencionais e a compreensão do que o passado e a história são. Em minha opinião, a ficção literária é um espaço no qual esse assombramento é particularmente forte, mas os historiadores não estão sintonizados especialmente na leitura da literatura para a história dessa maneira, ou, talvez, não sejam autorizados a fazer isso. De qualquer forma, em minha leitura, a ficção literária pode expor nossa relação com o passado sem se fechar ou limitar possíveis leituras do futuro. Isso é história como uma rigorosa compreensão do passado que está, ainda assim, aberto à revisão contínua, mas também nos leva a repensar as coordenadas espaço-temporais pelas quais filósofos e historiadores situam eventos passados como "história".

199

*6. A.S.R.: O senhor é muito crítico em relação à tradição realista dos estudos históricos, baseados, em suas palavras, em uma perspectiva ontológico-realista da história, limitada por um teto analógico. No entanto, também é crítico da mesma maneira com respeito à perspectiva de Hayden White sobre a descontinuidade entre linguagem e realidade. Por fim, o senhor se posiciona de forma crítica quanto à teoria da presença da forma como apresentada por Hans-Ulrich Gumbrecht, Frank Ankersmit e Eelco Runia, uma vez que afirma que a crença na teoria da presença em um contato real com o passado se assenta em uma perspectiva conformista da história. Sendo assim, como o senhor se situa no cenário da Teoria da História? Poderia falar sobre o lançamento do seu livro *Haunting History: Deconstruction and the Writing of History*?*

E.K.: Essa questão comporta muitos aspectos, então, tentarei abordá-los sistematicamente. Início com minha crítica à compreensão histórica convencional, ou a que chamo ontológico-realista, pois acredito que Hayden White, Hans-Ulrich Gumbrecht, Frank Ankersmit, Eelco Runia e eu somos todos críticos dessa posição, mesmo que possamos discordar em alguns detalhes. Defino o realismo ontológico como um comprometimento da história como um esforço preocupado com eventos atribuídos a uma localização específica no tempo e no espaço que são, por princípio, observáveis e entendidos como fixos e imutáveis. Aqui, o historiador aceita que existe a possibilidade de uma

incerteza epistemológica quanto à nossa compreensão do evento passado, mas isso é mitigado pela posição ontológica de certeza de que o evento aconteceu de uma determinada forma em um determinado tempo. Algo que é central para essa posição é o comprometimento com a fonte histórica, que serve como uma espécie de piso falso de sustentação. No fim das contas, compreender o passado “corretamente” é uma questão de método histórico. Sendo assim, uma questão que precisamos perguntar é: o que mantém a certeza ontológica do evento passado, dada a possibilidade de incerteza epistemológica na narrativa desse evento? A maioria dos historiadores convencionais evitam ou protelam tal questionamento trabalhando puramente no pressuposto de que o método é suficiente para trazer o passado ao presente. No entanto, o evento passado não pode tornar-se presente e, portanto, qualquer reaparição é a visita intempestiva de um fantasma. Isso leva a uma questão ainda mais complicada, que diz respeito à categoria de ontologia em si mesma e, especificamente, à ontologia ou fantologia do passado.

O ponto no qual discordo de Hayden White, assim como de Hans-Ulrich Gumbrecht, Frank Ankersmit e Eelco Runia não diz respeito à crítica à história disciplinar convencional, mas ao fato de que a história como disciplina deva ser descartada com o objetivo de se engajar produtivamente com o passado. Na forma em que concebo meu pensamento, White, Gumbrecht, Ankersmit e Runia preconizam, todos eles, uma espécie de divórcio entre os teóricos ou filósofos da história e os historiadores, cabendo aos primeiros a investigação das relações individuais e/ou coletivas com o passado, e aos últimos, definir em seus arquivos, perseguindo seus sonhos realista-ontológicos. Para Hayden White, isso levou a uma perspectiva construtivista fundamentada no papel da linguagem e da narrativa, na qual o passado é sempre e, necessariamente, ausente. Para Gumbrecht, Ankersmit e Runia, tal perspectiva levou à suspeição do papel mediador da linguagem ou do discurso em favor de uma relação não mediada com o passado por meio da “presença”, na qual o passado é absolutamente presente.

Como você disse, simpatizo com o paradigma da “presença”, especialmente no que diz respeito às formas em que o passado é sentido, mesmo que não possamos tocá-lo. Apesar disso, também sou profundamente crítico ao paradigma da presença de duas maneiras. Primeiramente, tenho problemas com a passividade requerida pelo paradigma da presença. Às vezes, o movimento de “presença” encerra de fato a possibilidade de mudança e justifica o *status quo* pelas suas reivindicações de produzir um acesso não mediado ao passado por meio do retorno ao real. Isso acontece na discussão de Runia sobre Abu Gharib, na ênfase de Gumbrecht no *Gelassenheit* heideggeriano, na espera paciente ou no deixar as coisas serem. E também para Ankersmit, na medida em que o passado está literalmente presente, embora por um meio radicalmente individualista e aparentemente de caráter incomunicável, mediante a “experiência histórica sublime”.

Em segundo lugar e, ironicamente, penso que a ênfase colocada na presença material do passado no presente é estranhamente similar àquela

ligada à perspectiva realista-ontológica, na medida em que ambos pressupõem a lógica da presença. Tanto a perspectiva ontológica desses filósofos da história, cujo foco é nossa forma histórica de estar no presente, quanto a abordagem epistemológica daqueles historiadores que focam na importância do método para certificar a realidade do passado enfatizam o que é presente e não a ausência. Runia, Gumbrecht e Ankersmit fazem isso ao argumentar sobre a presença do passado no presente. Historiadores convencionais fazem isso ao argumentarem pela presença duradoura e recuperável do passado como passado.

Adiro à ênfase na linguagem de White e aspectos do paradigma da presença, mas minha abordagem fantológica da história é aquela que segue os jogos de presença e ausência, de presença como ausência e ausência como presença. Em contraste com a procura das origens ou de um passado material tornado presente, volto-me para Derrida para me envolver e explicitar as perturbações convocadas pelo passado que retorna. Em *Archive Fever*, Derrida discutiu nossa relação com uma tradição ou legado, chamado por ele uma “repetição performativa”, na qual a interpretação do arquivo também envolvia interpretar e inscrever alguém dentro do arquivo como um lugar correto de se estar inserido. Dessa maneira, Derrida enxerga a relação com o passado como um processo de autoinscrição no qual um leitor interpreta o arquivo do passado como forma de criar um espaço para o sujeito no presente. No entanto, ao mesmo tempo, os traços do passado carregam em si uma força que quebra seus contextos e momentos. Essa abertura para a relação de presença e ausência por meio de uma aproximação fantológica da história fundamenta-se em uma lógica de *différance*, responsável pela relação de enredamento da presença e da ausência sem que haja o privilégio de uma sobre a outra. Assim, a desconstrução histórica desenvolvida em minha perspectiva busca operar com os elementos do “construtivismo” sem, no entanto, abandonar as reivindicações de engajamento com o “real”.

201

*7. A.S.R.: O senhor é enfaticamente crítico em relação à tradição dos estudos historiográficos no que diz respeito às crenças que se assentam na base das práticas de historicização. Critica a perspectiva realista dos historiadores a respeito da possibilidade de localizar coisas no tempo e no espaço, como também os limites das formas – isto é, dos textos escritos (artigos, monografias e dissertações) – que reforçam tais perspectivas. O senhor poderia relacionar suas perspectivas teóricas a respeito da Teoria da História e os desafios contemporâneos encarados pelas Humanidades Digitais? Lida diretamente com esses problemas no capítulo 4 do seu livro *The Analog Ceiling*. Por favor, fale um pouco sobre isso.*

E.K.: Poderia prosseguir partindo da minha resposta anterior, pois, a meu ver, o domínio atual do realismo ontológico na profissão histórica não é mais justificável baseado em nossa compreensão atual do passado. Alun Munslow destacou esse ponto anos atrás quando argumentou que os proponentes dessa perspectiva geralmente se afirmam nela, enquanto que, simultaneamente,

fazem concessões para os filósofos ou teóricos da história a respeito das propriedades do passado ou sobre questões de escrita e representação. À luz dessa interpretação podemos dizer que, na prática atual de se fazer história – pesquisa, escrita e ensino –, os historiadores convencionais tanto reconhecem quanto ignoram (se não abandonam completamente) a crítica, preocupações e construções articuladas pela teoria da história nos últimos 50 anos. Essa ignorância intencional é o que chamo de teto analógico [*analog ceiling*], devido às formas pelas quais as práticas atuais de publicação acadêmica reforçam o uso do realismo ontológico como único modo viável de se fazer história. O teto funciona porque permite a argumentação de que, embora o passado não vá, realmente, correlacionar-se com as reconstruções narrativas do realismo ontológico, tal forma é, mesmo assim, a melhor analogia para fazer com que o passado seja inteligível e compreensível. Esse argumento também sustenta que as restrições de publicação, o alcance de níveis avançados e a estabilidade no emprego fazem dele o melhor e mais viável formato de se escrever sobre o passado e de se “fazer” história. Somado a isso, o argumento do realismo ontológico como a analogia mais utilizada para representar o passado é reforçado pelos limites analógicos de publicação tradicional, que pastoreiam historiadores no sentido da forma do realismo ficcional. Somos limitados na inovação devido às formas assumidas pelo realismo ontológico e às limitações das práticas de publicação analógica que servem para justificar umas às outras como necessárias.

202

Mesmo com as inovações na teoria da história e nas ferramentas/formatos digitais disponíveis, corremos perigo ao usá-las como simples substitutos daquelas mais antigas. Desse modo, o artigo *on-line* é exatamente igual àquele publicado em uma revista. O *e-book* é indistinguível do códice. Estamos batendo nossas cabeças contra o teto analógico, em vez de atravessá-lo e ver como tais inovações na teoria e na forma podem mudar nossa maneira de pesquisar, escrever e ensinar sobre o passado. A maneira como fazemos história. Mas a disciplina da história está enfrentando uma mudança de paradigma, e a mentalidade dos historiadores formados e forçados pelo meio impresso deve agora confrontar as mudanças que as mídias digitais produzem em todos os seus aspectos disciplinares. Uma parte dessa mudança é a possibilidade de reconceituar os trabalhos históricos como multimodais, multitemporais e multimidiáticos, assim como de resistir à apresentação e às restrições da narrativa temporal monolítica. Nesses modelos, tempo e espaço são, ou podem estar, fora de junção. E é dessa maneira que novas formas se alinham a uma reconstrução narrativa fantológica focada na não simultaneidade, em caminhos históricos divergentes e na instabilidade do tempo. Aqui, estamos falando sobre as múltiplas interações heterogêneas de uma forma narrativa que não se desdobra em um estilo linear rígido, mas é enredado em si mesmo em uma topologia polissêmica não linear que desafia as estratégias contínuas e uniformes do realismo ontológico, aproximando-se muito mais do que sabemos sobre espaço e tempo e de como, em minha opinião, deveríamos pensar na ontologia latente do passado. Tal narrativa comporta um entendimento do que chamo de passado como algo que está presente e ausente ao mesmo tempo,

como algo e nada, enredado em uma maneira aparentemente impossível na qual a posição iterativa do historiador é tecida dentro do passado e do presente, de tal maneira que também se pressiona o futuro.

8. A.S.R.: No capítulo 3 de Haunting History, "Chladenius, Droysen and Dilthey: Back to Where We've Never Been", o senhor explora como esses autores enfrentaram a crise das representações, demonstrando como eles procuraram estabelecer uma estabilidade histórica recorrendo à teodiceia ou ao método histórico. Como sua leitura desses autores evidencia que o problema principal dos estudos historiográficos é o de buscar estabilidade no presente? Qual é o risco dessa estabilidade?

E.K.: Uma razão que me faz olhar para a tradição historicista alemã reside no fato de esses pensadores serem comumente evocados para justificar ou validar as perspectivas teóricas e metodológicas atuais. No livro, cito o fórum da *American Historical Review*, no qual o historiador intelectual estadunidense David Hollinger referencia Dilthey para admitir a falibilidade do historiador, mas não a natureza definitiva ou a recuperabilidade do passado. Na mesma linha, Felix Gilbert afirma que "Droysen está mais próximo da perspectiva histórica moderna do que muitos historiadores da geração que o seguiu" (GILBERT 1983, p. 336), enquanto que Blanke, Fleischer e Rüsen podem afirmar que "para Droysen não é possível colocar em perigo [o caráter empírico da história], pois ele ainda explica a pesquisa histórica epistemologicamente e encontra o início da sua filosofia da história nas fundações epistemológicas dos estudos históricos" (BLANKE; FLEISCHER; RÜSEN 1984, p. 350). E, mais recentemente, o conceito de ponto de vista, ou *Sehepunkt*, de Chladenius, foi empregado em função de um argumento similar ao de Hollinger, em que a falibilidade do historiador é dada, mas não a instabilidade do evento passado. Cada um desses argumentos presta-se a determinar o passado como um objeto fixo e estável que pode ser representado precisamente desde que o historiador faça uma adesão à perspectiva metodológica apropriada.

A questão chave aqui é que, como um resultado dessa perspectiva, a instabilidade do passado é substituída por um senso de invariabilidade baseado na representação e na re-experienciação do evento passado. É a crença que se tem em uma continuidade de eventos como se eles realmente tivessem acontecido daquela forma que é oferecida, e não a realidade daqueles eventos. No entanto, a prioridade da representação em assegurar essa crença é apagada em favor da manutenção do poder do evento originário em si mesmo. Uma vez que a prova do relato histórico é considerada como sendo sua aderência à realidade ontológica do evento passado, o papel do historiador de reunir fragmentos em uma totalidade é rebaixado a um método epistemológico, em vez de ser visto como uma construção ontológica. Assim, é apagado o papel do historiador de construção do que deve ser considerada a realidade ontológica do evento. A repercussão é que a natureza historicamente contingente da representação histórica particular é considerada válida por todo o tempo e, com

isso, são encerrados outros entendimentos históricos ou representações. No entanto, a ficção de um passado estável é a ficção de um presente estável.

O que quero demonstrar é a maneira pela qual as posições de Chladenius e Droysen se baseiam em um entendimento teológico de ordem e estabilidade, conforme o qual o passado – e o acesso ao passado – é mantido nesse lugar pelo poder superior de Deus. A instabilidade dessa posição ausente da presença de Deus torna-se clara na obra de Dilthey, mas a maioria dos historiadores e teóricos modernos substituem o método histórico pelas posições religiosas de Chladenius e Droysen. Isso nos leva a uma tautologia de tipos, pois não é a presença de Deus que provê o terreno absoluto para acessar o passado por meio de uma metodologia adequada, mas é a realidade ontológica do passado que agora se torna a fiadora do esforço histórico, que define em si mesma o que a realidade ontológica do passado deveria ser. Os historiadores convencionais e alguns teóricos da história têm focado na questão epistemológica de um método rigoroso universalmente válido com o objetivo de estabilizar essa investigação do passado. No entanto, ao fazer isso, a tarefa de se criar uma metodologia universalmente válida é apresentada como algo que já foi realizado, quando, na verdade, nem Chladenius, Droysen ou Dilthey tenham conseguido alcançar esse ideal, nem é provável que tal ideal possa ser alcançado, dada a confiança de Chladenius e Droysen em uma armação teológica e a ênfase de Dilthey na historicidade do assunto.

204

Porém, tal “falha” pode ser somente considerada se o objetivo for argumentar em defesa da estabilidade rígida do passado. Em vez disso, tento me voltar para essas figuras para pensar sobre a instabilidade do passado. Tanto Chladenius quanto Droysen e Dilthey colocaram uma ênfase pesada na metodologia do historiador como resposta à instabilidade desencadeada pela realização e articulação do próprio papel do historiador como um ser histórico cuja história é uma questão. Ao utilizar o trabalho de Derrida, eu caso o ponto de vista ou perspectiva (o momento historicamente condicionado do qual iniciamos nossa investigação dentro da história) com a *différance* como forma de situar esse ponto de entrada dentro do círculo hermenêutico em questão. Certamente, a própria noção de estabilidade é colocada em xeque pela relação complexa entre o historiador operando dentro do contexto de seu momento histórico e suas fontes (*Quellen*), permanências (*Überreste*) ou monumentos (*Denkmäler*) por meio dos quais o passado assombra o presente e o historiador tenta compreender o contexto do passado. Para os historiadores, um contexto nunca é absolutamente determinável, uma vez que é sempre reunido/averiguado dentro de um outro contexto. Se realmente queremos pensar com o passado, em vez de simplesmente tentar controlá-lo, devemos aprender a focar em sua instabilidade e nas formas em que o passado assombra a história.

9. A.S.R.: *Poderia falar um pouco sobre o livro que o senhor está escrevendo agora, The Myth of Emmanuel Levinas?*

E.K.: Como originalmente concebido, esse projeto foca nas Leituras Talmúdicas de Emmanuel Levinas apresentadas na França, em Paris, entre 1960 e 1990;

as origens da virada de Levinas para o estudo do Talmude nos anos seguintes à II Guerra Mundial; e a recepção das Leituras Talmúdicas de Levinas. O intuito que animou o trabalho foi rejeitar o “mito” de Levinas como um estudioso lituano versado no Talmude, explicando os caminhos e razões que o levaram a estudar o Talmude na sequência da Shoá. Um componente chave dessa trajetória consistiu em demonstrar como Levinas influenciou o pensamento moderno judeu ao estabelecer uma cadeia de tradição pós-rabínica que permitiu a ele e seus sucessores restabelecer a tradição talmúdica na esteira da Shoá, mas desprovida de qualquer real autoridade rabínica. Assim, o projeto foi inicialmente sobre questões de legitimidade intelectual e de criação de uma autoridade intelectual; e, de muitas maneiras, ainda é. Mas quando o projeto começou a ganhar a forma de capítulos, fiquei cada vez mais insatisfeito com o produto. Em um ensaio para a *History and Theory* e em um artigo sobre “Freud e Levinas” explorei a questão da relação e dos enviesamentos do projeto de história para a reivindicação da religião e então encontrei a mim mesmo repetindo aqueles enviesamentos em meu trabalho sobre Levinas. Nesse ponto, decidi repensar a arquitetura e a apresentação do livro em uma tentativa de, simultaneamente, apresentar uma convincente história intelectual das Leituras Talmúdicas de Levinas que oferecesse uma leitura contextual das fontes e causas para sua virada (essencialmente, o projeto original), mas que oferecesse ao mesmo tempo uma contrainterpretação que permitisse Levinas transcender reivindicações de permanecer em “boa fé”. Isso para dizer que, apesar de acreditar em uma história intelectual crítica do contexto envolvendo a virada de Levinas para o Talmude e na construção de uma “ética do outro” (uma história secular imanente) como justificável e necessária, penso ser igualmente importante explorar a apresentação da natureza transcendente da verdade divina por Levinas em seus próprios termos e como uma interpretação igualmente plausível.

205

Isso pode ser considerado no sentido mais fraco de perspectiva múltipla, mas o que estou tentando apreender é a forma em que o passado é contraditório e instável... coisas diferentes ao mesmo tempo. Foi essa aporia, essa contradição inerente no projeto, que me forçou a parar o trabalho e a repensar como abordo o projeto da história; e isso me levou a escrever meu livro recentemente finalizado sobre desconstrução e história. No livro sobre Levinas, emprego a metodologia desconstrutiva ou fantológica explicada no livro sobre desconstrução.

10. A.S.R.: Poderia apresentar sua tese sobre a ambição dos historiadores de definir a história como uma disciplina nos mesmos termos das ciências duras e a relação dessa definição com o neoliberalismo? Em suma, poderia falar sobre o seu artigo recente “Just the facts: the fantasy of historical science”, publicado na revista History of the Present?

E.K.: Um aspecto da disciplina histórica que tem sempre me fascinado é a forma como os historiadores oferecem regularmente paradigmas para discernir a verdade do passado que eles sabem e admitem ser inalcançável, apagando, então,

aqueles aspectos de seus modelos que expõem as limitações e incongruências nas histórias que escrevem ou narram. Penso que isso é o que está em jogo na recente virada para a “ciência” entre historiadores nos Estados Unidos por meio da Neuro-história, a História evolucionista, a História Biológica ou *Big History*. Essa fascinação mais recente com a ciência é nova e complicada, uma vez que, em minha opinião, ela serve para encerrar as discussões e debates entre historiadores e cientistas ao invés de promovê-las de fato, mas também porque o ímpeto para ela é, principalmente, financeiro. Um efeito problemático é que a suposta reaproximação ou conversa entre biologia e história é, de fato, bastante unilateral, pois acontece nas bases nomotéticas atribuídas à ciência em vez de mediante a pesquisa sobre as formas pelas quais qualquer lei natural pode se tornar problemática por intermédio da investigação histórica. Mas existe uma contradição mais ampla e perniciosa em questão. Os proponentes de uma história científica argumentam que, ao colapsar a distinção entre as ciências humanas e as naturais, eles eliminam o privilégio do texto escrito e, portanto, cortam as tendências culturais e intelectuais que sustentaram as narrativas dos “grandes homens” do passado. No entanto, o que é apresentado como um sentimento democratizante é, na verdade, profundamente preocupante devido à forma pela qual a política é esvaziada. A crítica da razão como algo que exemplifica o humano animou muitas feministas, homossexuais e críticos das teorias raciais e historiadores que têm trabalhado com essa noção desde, pelo menos, os anos 1970. A falsa promessa de uma humanidade universal cientificamente determinada ignora tais conquistas e despolitiza a história e a historiografia.

206

No entanto, essa perspectiva leva a uma questão maior. Por que deveríamos destacar a posição das ciências duras, quando seu discurso e conjunto de disciplinas estão tão cheios de problemas de hierarquia, preconceitos de gênero e presentismo? No plano mais cínico, minha resposta é que, a despeito das inúmeras boas intenções desses acadêmicos em busca de expandir os horizontes da disciplina histórica, a questão é, primeiramente, econômica. Ao longo dos últimos vinte anos, os historiadores moveram-se gradualmente para a filiação, em primeiro lugar, às ciências sociais e, posteriormente, às ciências duras; tal movimentação acompanha o aumento da iniciativa STEM e a perceptível crise das humanidades. Não é surpreendente nem mesmo uma coincidência que governos federais, estaduais e locais tenham aumentado o montante de investimentos nas “ciências duras”, enquanto as matrículas no caso das humanidades e da história em particular caíram. A procura de capital estimula ideias e paradigmas, e um resultado é que agora os historiadores vão correr em direção às ciências em busca desses fundos. Em minha opinião, as escolhas interpretativas dos neuro-historiadores ou dos apoiadores de Bill Gates e proponentes da *Big History* devem ser vistas sob esse prisma, independentemente dos méritos de suas interpretações particulares. Tais escolhas também apontam para a forma como suas posições supostamente insurgentes contra o *mainstream* do trabalho histórico estão, de fato, em um sentido mais amplo, alinhadas à maioria das tendências convencionais em termos de ênfase e financiamento. Aqui, a lógica está de acordo com o neoliberalismo, na medida em que vemos a dissolução

das divisões tradicionais de trabalho: o trabalho do historiador é consolidado e substituído pelo do biólogo. Para mim, não se trata de uma aproximação, diálogo ou interação entre a história e as ciências, mas de uma rendição incondicional. Ao ceder terreno a essa fantasia da ciência, os historiadores também cedem espaço da intervenção crítica, que é a força e o coração de nossa disciplina.

11. A.S.R.: Posso encontrar algumas semelhanças entre sua perspectiva sobre os limites da historiografia disciplinar e sua proposta de explorar como o passado assombra o presente com a teoria da modernização de Reinhart Koselleck e a noção das camadas temporais. No entanto, apesar do reconhecimento acadêmico mundial do trabalho de Koselleck, é possível argumentar a respeito das limitações da história dos conceitos à transmissão de sentido como um modelo para a investigação historiográfica. Aqui, o "paradigma da presença", que o senhor conhece bem, apresenta outras possibilidades de investigação para os teóricos da história e historiadores intelectuais. Gostaria de saber qual é a importância que o senhor atribui ao trabalho de Koselleck para sua abordagem e para os estudos historiográficos em geral.

E.K.: Meu trabalho está situado dentro do escopo articulado por Koselleck, no qual nosso entendimento moderno de "história" é concebido como uma força em si mesma que causa os tipos de mudança nos arranjos sociais que anteriormente eram referidos como divinos, metafísicos, naturais ou humanos. Apesar disso, argumento que nesse domínio hipostasiado da história como uma força causal, as relações entre o passado, o presente e o futuro começaram a se justapor ou colapsar. Os eventos passados são trazidos "de volta" para o presente por meio do trabalho histórico, mas os outros aspectos do passado nos assombram, assim como a própria história à que nos apegamos. Esses são os fantasmas de coisas que são lembradas inadequadamente, mal enterradas ou incompletamente expurgadas dos registros, sendo rigorosamente investigadas pelos historiadores tradicionais e que sustentam constantemente as ideologias dominantes.

Portanto, é o foco de Koselleck em temporalidades múltiplas ou fora de junção o que acho tão bem-vindo. Helge Jordheim (2012) aponta que Koselleck oferece uma teoria radicalmente diferente de estruturas temporais sobrepostas e de camadas sincronizadas e não sincronizadas. A ênfase de Jordheim está na questão da periodização em Koselleck; já meu interesse está na sobreposição das estruturas temporais e na fricção entre essas estruturas que expõem o que Koselleck nomeia como *Ungleichzeitigkeiten*, não contemporaneidade ou não sincronidade. O fenômeno da *Ungleichzeitigkeiten* ocorre nos momentos em que os elementos de um tempo distante são introduzidos como contemporâneos aos eventos descritos ou representados. O fascinante é que, para Koselleck, esse momento de desconexão no qual o tempo está fora de junção aponta para a coincidência e não coincidência do relato histórico com o evento passado. E, em minha opinião, esses momentos fora do tempo são o lugar da fantologia, um deslize entre passado e presente. Essa sobreposição de engrenagens quando múltiplas temporalidades coincidem expõe a forma como os relatos históricos

tradicionais tendem a “congelar” os eventos descritos, mesmo quando o evento é continuamente retrabalhado e alterado pelo próprio relato. Koselleck apresenta isso especificamente em relação com sua metodologia da *Begriffsgeschichte* ou História dos Conceitos. Ao focar no conceito (e especialmente nas formas como os conceitos são reocupados, *Umbesetzung*), ocorre um deslocamento para dentro e fora do presente que desestabiliza as suposições inerentes à pesquisa histórica. Dessa maneira, o método da *Begriffsgeschichte* se liberta do que Koselleck chama de “movimento circular ingênuo da palavra para coisa e vice-versa” (KOSELLECK 2004, p. 86). Entretanto, penso que a noção de reocupação proposta por Koselleck pode ser levada adiante se pensarmos nela como uma forma de entendimento do que Derrida chama de “habitar uma tradição”. Aliás, poder-se-ia alinhar a disjunção da não simultaneidade com a *aporia* derridiana para negociar a dissimetria constitutiva de um passado que *está*. O paradoxo temporal de como algo pode estar presente e ausente ao mesmo tempo é abordado pela perspectiva desconstrutivista. Isso é a *fantologia* como uma teoria de múltiplas temporalidades e múltiplos passados que convergem, ou ao menos poderiam convergir, no presente.

208

12. A.S.R.: Considerando nossa conversa sobre as vantagens de se pensar a Teoria da História como fantologia, gostaria de abordar brevemente algumas questões que dizem respeito aos desafios da historiografia profissional brasileira contemporânea. A historiografia profissional brasileira tem trabalhado na historicização de nossos passados assombrados, tais como a história da escravidão entre os séculos XVI e XIX, e a história da ditadura nos anos 1960, 70 e 80. No entanto, apesar da historicização historiográfica, esses passados ainda nos assombram no presente. As questões do racismo e as reivindicações de uma direita não democrática em meio à sociedade brasileira são bem conhecidas internacionalmente. Como os historiadores profissionais podem abordar tais temas sem tomar por garantida a possibilidade de historicização desses passados? O senhor poderia explorar algumas estratégias que os historiadores profissionais podem utilizar para lidar com espectros simultâneos, considerando que a ênfase unilateral em um deles dá espaço para a aparição de outros?

E.K.: Acredito que deveria começar com a ressalva de que não sou especialista em história do Brasil e o que sei sobre a historiografia brasileira veio de artigos recentes a respeito do tema. Porém, penso que sua pergunta aponta para algumas questões chave que abordo em meu livro *Haunting History*. Um dos problemas com as perspectivas tradicionais que endossam a posição realista-ontológica é que, mesmo em momentos em que elas abrem novos caminhos de interpretação, simultaneamente outros são fechados. Sendo assim, os relatos historiográficos europeus tradicionais sobre o Brasil podem ser vistos como restritivos dos tipos de histórias ou descrições que podem ser consideradas “história” ou fontes históricas apropriadas. Mas promover tais fontes e construir novas “histórias” que representem a história da escravidão ou dos povos indígenas não será suficiente se cada uma dessas narrativas diversas e divergentes procurar “terra firme” para

estabelecer sua própria identidade. Quando as políticas de identidade vêm à tona, aparece o que eu rotularia uma desconstrução truncada que simplesmente inverte as dinâmicas de poder em vez de realmente desestabilizá-las. Aqui, a rejeição da desconstrução é a repressão da percepção de que não há fundações estáveis. A partir dessa perspectiva, o princípio organizativo da pesquisa histórica convencional e a relação com ideologias dominantes ou competitivas/posições políticas não são nunca colocados verdadeiramente em questão, mas simplesmente reposicionados para fazer do “colonizador” o “colonizado”. Aquilo que chamo de “teto analógico” reforça essas limitações ao restringir nossas narrativas históricas dentro do reino da ficção realista e da narrativa linear. Em contraste, uma perspectiva fantológica reconhece a forma em que esses passados concorrentes, conflitantes e polissêmicos estão sempre já dentro dos outros, encorajando a exploração de novas formas para representá-los, mesmo nunca procurando contê-los. Longe de decretar a morte ou a abdicação do autor, a desconstrução para a história requer um historiador cuidadoso e intenso, cujo estilo retórico guie o leitor pelos poros que simultaneamente introduzem e reconhecem a aporia. É esse dar e receber que faz o leitor consciente das aberturas em jogo e da natureza polissêmica do passado. Tudo isso sugere que a história convencional do Brasil articulada por historiadores profissionais é assombrada por um passado repleto de fantasmas que perturbam essa própria história: os fantasmas dos povos indígenas, da conquista, da escravidão, da ditadura e da instabilidade política. Uma apresentação mais completa da história do Brasil seria aquela que permitisse o espaço para esses fantasmas aparecerem, mesmo que sua aparição possa ser profundamente perturbadora devido às formas em que competem, contradizem e incomodam uns aos outros.

209

Não se trata de simplesmente assumir um perspectivismo ou hermenêutica, pois não é somente o ponto de vista do historiador no presente que age sobre a história, mas também o próprio passado que pressiona o presente, independentemente de nossa vontade consciente, intenção ou desejo.

13. A.S.R.: Entre os dias 23 e 26 de agosto de 2016, aconteceu o 2º Congresso da Rede Internacional de Teoria da História (2º INTH), no Brasil, em Ouro Preto. Tivemos a oportunidade de encontrar especialistas de todo o mundo nos campos da Teoria da História, História da Historiografia, Filosofia da História e História Intelectual. Entre as muitas coisas interessantes que aconteceram nessa conferência, destaco o primeiro encontro para criar a Rede Latino-Americana dedicada a congregar especialistas comprometidos em pensar a história. O senhor teve a oportunidade de participar da mesa de encerramento, cujo propósito foi abordar os principais desafios intelectuais que enfrentamos nesse encontro e aqueles que virão. Poderia falar um pouco sobre suas impressões a respeito do segundo INTH? O que pensa sobre a solidificação do INTH e de outras redes internacionais para o futuro dos estudos nos campos mencionados?

E.K.: Achei que o encontro foi maravilhoso. Estava impressionado, especialmente, com a força e originalidade dos estudantes de pós-graduação e dos jovens

estudiosos que trabalham no campo. Particularmente, foi uma grande oportunidade de encontrar acadêmicos da América do Sul, Central e do México e cultivar novas relações. Estou muito entusiasmado com a criação de uma Rede Latino-Americana devido ao pensamento criativo e vibrante que encontrei na conferência. Tudo isso prenuncia um bom futuro para a teoria da história.

No que diz respeito ao conteúdo, fiquei impressionado pela tensão anunciada pelo lado mais nietzschiano do tema da conferência: "Sobre a vantagem e desvantagem da história para a vida". A grande vantagem do esforço do INTH é o desejo de encontrar um lugar comum, reunir acadêmicos com interesse em teoria e filosofia da história do mundo todo para interagirem. Tal interação é, sem dúvida, algo positivo, porém, o desejo de encontrar um lugar comum não é isento de problemas. Existe sempre um risco quando se embarca em um projeto de comparação baseado em um grupo de controle considerado como sendo a "norma" que servirá para a avaliação de todos os outros grupos. Na nossa conferência, poderia ser o conceito ocidental de "história", o conceito de modernidade proposto por Koselleck ou o modelo de memória proposto por Halbwachs. O perigo aqui é que a reivindicação de um lugar comum é, de fato, predicado em uma imposição teórica.

Sanjay Seth deixou isso claro quando questionou se o código da história projetado no Ocidente seria adequado para a tarefa de histórias não ocidentais. E Guillermo Zermeño ofereceu um argumento poderoso de como historiadores e teóricos da história podem construir um entendimento de história afinado ao nosso esforço comum, mas também uma compreensão do que diferencia cada lugar e das formas particulares da história que vêm de cada região. Obviamente, tal perspectiva também apresenta os perigos de entropia, distância e incomensurabilidade.

Esse conflito entre o desejo de encontrar características comuns e, ao mesmo tempo, abranger a diferença, é um problema sem solução; no entanto, a meu ver, o futuro da filosofia da história encontra-se nessa interseção e nessa tensão. Mais que isso, diria que é a teoria que fornece a metalinguagem para abordar ambos os lados.

Referências bibliográficas

BLANKE, Horst Walter; FLEISCHER, Dirk; RÜSEN, Jörn. Theory of History in Historical Lectures: The German Tradition of *Historik*, 1750-1900. **History and Theory**, v. 23, n. 3, p. 331-356, 1984.

DERRIDA, Jacques. **Archive Fever: A Freudian Impression**. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

FRIEDLANDER, Saul (Org.). **Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"**. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

GILBERT, Felix. The New Edition of Johann Gustav Droysen's *Historik*. **Journal of the History of Ideas**, v. 44, n. 2, p. 327-336, 1983.

GHOSH, Rajan; KLEINBERG, Ethan (Org.). **Presence**: Philosophy, History, and Cultural Theory for the Twenty First Century. Ithaca: Cornell University Press, 2013.

JORDHEIM, Helge. Against Periodization: Koselleck's Theory of Multiple Temporalities. **History and Theory**, v. 51, n. 2, p. 151-171, 2012.

KLEINBERG, Ethan. **Generation Existential**: Martin Heidegger's Philosophy in France, 1927-61. Ithaca: Cornell University Press, 2005.

_____. **Haunting History**: for a deconstructive approach to the past. Stanford: Stanford University Press, 2017.

_____. Just the facts: the fantasy of a historical science. **History of the Present**, v. 6, n. 1, p. 87-103, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. **Futures Past**. New York: Columbia University Press, 2004.